NOVA CONCURSOS

TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Escrevente Técnico Judiciário

- Língua Portuguesa
- Direito Penal
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Atualidades
- Matemática
- Informática
- Raciocínio Lógico
- Redação Discursiva

Conteúdo On-line

- Direito Processual Penal
- Direito Processual Civil
- Legislação Interna



Conteúdo de acordo com o edital
Questões gabaritadas da banca VUNESP
Legislação comentada

DE ACORDO COM O EDITAL DE Nº 02/2026

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

TJ-SP

Escrevente Técnico Judiciário

NV-025OT-26-TJ-SP-ESCREVENTE
Cód.: 7908428819965

NOVA CONCURSOS

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Escrevente Técnico Judiciário de acordo com o Edital nº 02/2026, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar,* com questões gabaritadas da banca *VUNESP*, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Direito Processual Penal, Direito Processual Civil e Legislação Interna disponíveis em PDF para download.* Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✅ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✅ teoria objetiva e atualizada;
- ✅ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✅ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

NOVA CONCURSOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....11

ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS..... 11

INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS POSSÍVEIS.....11

PONTO DE VISTA DO AUTOR..... 18

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO: RELAÇÕES ENTRE IDEIAS; RECURSOS DE COESÃO..... 19

SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES..... 24

SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS.....24

SINÔNIMOS.....24

ANTÔNIMOS.....24

CLASSES DE PALAVRAS: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM..... 26

ARTIGO.....26

NUMERAL.....26

SUBSTANTIVO.....27

CONCORDÂNCIA NOMINAL.....28

REGÊNCIA NOMINAL.....30

ADJETIVO.....31

ADVÉRBIO.....33

PRONOME.....35

COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....38

VERBO.....38

CONCORDÂNCIA VERBAL.....43

REGÊNCIA VERBAL.....46

PREPOSIÇÃO.....47

CONJUNÇÃO.....48

CRASE..... 50

PONTUAÇÃO..... 52

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO PENAL 67

CÓDIGO PENAL 67

ARTIGO 293 A 305 67

ARTIGO 307 71

ARTIGO 308 72

ARTIGO 311-A 72

ARTIGO 312 A 317 72

ARTIGO 319 A 333 79

ARTIGO 336 E 337 83

ARTIGO 339 A 347 84

ARTIGO 357 E 359 87

DIREITO CONSTITUCIONAL 91

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 91

TÍTULO II – CAPÍTULOS I, II E III 91

TÍTULO III – CAPÍTULO VII COM SEÇÕES I E II 122

ARTIGO 92 136

DIREITO ADMINISTRATIVO 143

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI Nº 10.261/68) 143

ARTIGOS 1º A 86 143

ARTIGOS 171 A 175 157

ARTIGOS 239 A 323 158

LEI FEDERAL Nº 8.429/92 (LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA) 172

ATUALIDADES 195

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, OCORRIDOS A PARTIR DO 1° SEMESTRE DE 2026, DIVULGADOS NA MÍDIA LOCAL E/OU NACIONAL 195

LEI N.º 13.146/2015 – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, COM AS ALTERAÇÕES VIGENTES ATÉ A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL 255

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

ARTIGOS 1º AO 13 255
ARTIGOS 34 AO 38 260

MATEMÁTICA 263

- OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS 263
- MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM 269
- RAZÃO E PROPORÇÃO 272

JUROS SIMPLES 275
REGRA DE TRÊS SIMPLES 277
REGRA DE TRÊS COMPOSTA 279
PORCENTAGEM 281

- MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PONDERADA 283
- EQUAÇÃO DO 1.º E 2.º GRAUS 284
- SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1.º GRAU 289
- RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS: TABELAS E GRÁFICOS 291
- SISTEMAS DE MEDIDAS USUAIS 296
- NOÇÕES DE GEOMETRIA: RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA 299

ÂNGULO 299
PERÍMETRO 301
FORMA E ÁREA 301
TEOREMA DE PITÁGORAS 303
VOLUME 304

INFORMÁTICA 319

- MS-WINDOWS 10 OU SUPERIOR 319

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS 319
ÁREA DE TRABALHO 322
ÁREA DE TRANSFERÊNCIA 324
MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS 325
USO DOS MENUS 330

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

PROGRAMAS E APLICATIVOS....331

INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS DO MICROSOFT-365....336

■ MS-WORD....339

ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS, EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS, CABEÇALHOS, PARÁGRAFOS, FONTES, COLUNAS, MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS....339

TABELAS, IMPRESSÃO, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, LEGENDAS, ÍNDICES, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CAIXAS DE TEXTO....344

■ MS-EXCEL....351

ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS, CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS, ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS....351

USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS, IMPRESSÃO, INSERÇÃO DE OBJETOS, CAMPOS PREDEFINIDOS, CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS, OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS, CLASSIFICAÇÃO DE DADOS....356

■ CORREIO ELETRÔNICO....361

USO DE CORREIO ELETRÔNICO....362

PREPARO E ENVIO DE MENSAGENS....363

ANEXAÇÃO DE ARQUIVOS....364

■ INTERNET....365

NAVEGAÇÃO NA INTERNET....366

CONCEITOS DE URL....370

LINKS....371

SITES....372

BUSCA....373

IMPRESSÃO DE PÁGINAS....375

■ MS TEAMS....377

CHATS, CHAMADAS DE ÁUDIO E VÍDEO, CRIAÇÃO DE GRUPOS....377

TRABALHO EM EQUIPE: WORD, EXCEL, POWERPOINT, SHAREPOINT E ONENOTE, AGENDAMENTO DE REUNIÕES E GRAVAÇÃO....383

■ ONEDRIVE: ARMAZENAMENTO E COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS....393

RACIOCÍNIO LÓGICO....399

■ ENTENDIMENTO DA ESTRUTURA LÓGICA DAS RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, COISAS, EVENTOS FICTÍCIOS....399

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES 400

■ SEQUÊNCIAS 400

IDENTIFICAÇÃO DAS REGULARIDADES DE UMA SEQUÊNCIA, NUMÉRICA OU FIGURAL, DE MODO A INDICAR QUAL É O ELEMENTO DE UMA DADA POSIÇÃO 400

■ LÓGICAS DE ARGUMENTAÇÃO 405

ESTRUTURAS LÓGICAS 405

■ DIAGRAMAS LÓGICOS 412

REDAÇÃO DISCURSIVA.... 421

■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA....421

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS POSSÍVEIS

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

> **Dica**
>
> **Interpretar** é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há "regras" para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

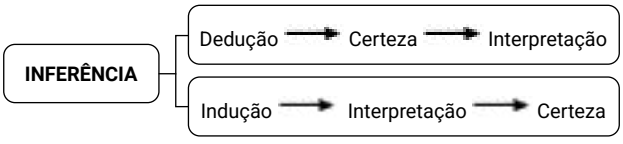
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra "marido"); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão "minha chefe"); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão "parou de beber"). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

CÓDIGO PENAL

ARTIGO 293 A 305

Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos

- **Falsificação de Papéis Públicos**

> **Art. 293** ***Falsificar***, ***fabricando****-os ou* ***alterando****-os:*
> *I -* ***selo*** *destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo;*
> *II -* ***papel de crédito público*** *que não seja moeda de curso legal;*
> *III -* ***vale postal****;*
> *IV -* ***cautela de penhor***, ***caderneta de depósito*** *de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;*
> *V -* ***talão***, ***recibo***, ***guia***, ***alvará*** *ou qualquer outro* ***documento*** *relativo a* ***arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução*** *por que o poder público seja responsável;*
> *VI -* ***bilhete***, ***passe*** *ou* ***conhecimento de empresa de transporte*** *administrada pela União, por Estado ou por Município:*
> *Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.*
> *§ 1º Incorre na* ***mesma pena*** *quem:*
> *I - usa, guarda, possui ou detém qualquer dos papéis falsificados a que se refere este artigo;*
> *II - importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou restitui à circulação selo falsificado destinado a controle tributário;*
> *III - importa, exporta, adquire, vende, expõe à venda, mantém em depósito, guarda, troca, cede, empresta, fornece, porta ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, produto ou mercadoria:*
> *a) em que tenha sido aplicado selo que se destine a controle tributário, falsificado;*
> *b) sem selo oficial, nos casos em que a legislação tributária determina a obrigatoriedade de sua aplicação.*
> *§ 2º Suprimir, em qualquer desses papéis, quando legítimos, com o fim de torná-los novamente utilizáveis, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização:*
> *Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.*
> *§ 3º* ***Incorre na mesma pena*** *quem* ***usa****, depois de alterado, qualquer dos papéis a que se refere o parágrafo anterior.*
> *§ 4º Quem* ***usa ou restitui à circulação****, embora recibo de boa-fé, qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem este artigo e o seu § 2º, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.*
> *§ 5º* ***Equipara-se a atividade comercial****, para os fins do inciso III do § 1º, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em vias, praças ou outros logradouros públicos e em residências.*

O tipo do art. 293, do CP, cuida da **falsificação** por meio da **fabricação** (criação material de documento) ou **alteração** (modificação de documento já existente) dos documentos enumerados nos seis incisos do *caput* (papéis públicos).

A falsificação recai sobre:

- **selos** ou **outros papéis** destinados à **arrecadação de tributo** (todo maço de cigarro ou garrafa de vinho, por exemplo, possuem um selo que indica o recolhimento de tributos relativos a esses bens);
- **papel de crédito público** que não seja moeda em curso legal (títulos da dívida pública);
- **vale postal** que, apesar de ainda constar no art. 293, foi revogado pelo crime de falsificação de vale postal, tipificado no art. 36, da Lei nº 6.538, de 1978;
- **cautela de penhor** (documento usado em operação de penhor, que indica que o indivíduo recebeu o dinheiro do empréstimo e permite o resgate do objeto, caderneta de depósito da caixa econômica ou outro estabelecimento mantido por entidade de direito público — por anos, o controle de depósitos em poupança era feito por meio de cadernetas, nas quais constavam os depósitos, saques e atualizações);
- documentos relativos à **arrecadação de rendas públicas** ou a **depósito por caução** (tais como alvarás, guias etc.); e
- **bilhete** (documento que, mediante pagamento, permite uso de meios de transporte), **passe** (semelhante ao bilhete) ou **conhecimento** (documento que indica que determinado objeto foi entregue para transporte) de **empresa administrada** pelo **poder público**.

Assim como ocorre no crime de moeda falsa, a falsificação grosseira não configura o crime do art. 293.

O § 1º, art. 293, apresenta **condutas equiparadas** à falsidade de papéis públicos.

O § 2º, por sua vez, incrimina a supressão (eliminação) de carimbo ou sinal de inutilização.

O § 3º pune aquele que usa, depois de alterados, os papéis enumerados no § 2º.

Já o § 4º apresenta uma modalidade privilegiada, punindo com pena menor, conforme destacado anteriormente, aquele que, recebendo de boa-fé os papéis falsificados a que se referem o art. 293 e seu § 2º, depois de tomar ciência da falsidade, os recoloca em circulação.

Por fim, o § 5º afirma que o delito pode ocorrer em qualquer tipo de atividade comercial, ainda que informal.

- **Petrechos de Falsificação**

> **Art. 294** *Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:*
> *Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.*

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II – CAPÍTULOS I, II E III

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Os direitos e deveres individuais e coletivos estão elencados no art. 5º da Constituição:

> **Art. 5º** *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

Conforme prevê o art. 5º da CF, de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que garante aos brasileiros direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Dessa forma, o *caput* do art. 5º traz os cinco pilares dos direitos individuais e coletivos, quais sejam:

- **vida**;
- **liberdade**;
- **igualdade**;
- **segurança**; e
- **propriedade**.

Eles compreendem todos os demais direitos estruturados nos seus incisos. Por exemplo: do direito à vida decorrem o direito à integridade física e moral, a proibição da pena de morte e a proibição da venda de órgãos.

Quando a Constituição assevera "brasileiros e estrangeiros residentes no país", não significa que o estrangeiro não residente não tem direitos, pois os direitos fundamentais são destinados a qualquer pessoa que se encontre em território nacional.

A CF, de 1988, adota o critério quantitativo para definir os titulares dos direitos fundamentais, ou seja, a população brasileira — todos aqueles que residem em território brasileiro.

Além disso, o *caput* traz o **princípio da isonomia** ou da **igualdade** ("*[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*").

Tal princípio tem, como fundamento, o fato de que todos nascem e vivem com os mesmos direitos e obrigações perante o Estado brasileiro. São destinatários do princípio da igualdade tanto o legislador como os aplicadores da lei.

- **Princípio da Igualdade entre Homens e Mulheres**

> *I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;*

Como o próprio nome aduz, o princípio prega a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

O princípio da igualdade, previsto também no caput, do art. 5º, da CF, é muito importante. Dele, inúmeros outros decorrem diretamente, conforme veremos a seguir.

- **Igualdade na Lei x Igualdade Perante a Lei**

A igualdade **na lei** obriga o legislador a tratar todos da mesma forma ao criar as normas.

Já a igualdade **perante a lei** indica que quem administra o Estado deve observar o princípio da igualdade — por exemplo, o Poder Executivo ao administrar e o Poder Judiciário ao julgar.

É importante frisar que o princípio da igualdade também tem efeitos sobre os particulares.

- **Igualdade Formal x Igualdade Material**

A igualdade **formal,** também chamada de igualdade jurídica, indica que todos devem ser tratados da mesma forma.

Já a igualdade **material** significa tratar igual os iguais, ao passo que os desiguais devem ser tratados com desigualdade na medida de suas desigualdades — ou seja, é uma forma de proteção a certos grupos sociais, certos grupos de pessoas que foram discriminadas ao longo da história do Brasil.

Isso ocorre por meio das chamadas **ações afirmativas**, que visam, por meio da política pública, reduzir os prejuízos. Por exemplo, temos o sistema de cotas para as pessoas negras nas universidades públicas.

Sobre o tema, o Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou pela constitucionalidade, e a decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 597.285, com repercussão geral, em que um estudante questionava os critérios adotados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a reserva de vagas[1].

- **Igualdade nos Concursos Públicos**

Tem como base o também chamado princípio da isonomia, o qual deve ser rigorosamente observado sob pena de nulidade da prova a ser realizada pelo respectivo concurso público.

Entretanto, alguns concursos exigem, por exemplo, idade, altura etc. Note que todas as exigências contidas no edital que façam **distinção** entre as pessoas somente serão **lícitas** e **constitucionais** se preencherem dois requisitos:

- devem estar previstas em lei — igualdade formal;
- devem ser necessárias ao cargo.

1 RE nº 597.285. Rel. min. Ricardo Lewandowski, julgado em 9/5/2012, DJe 21/5/2012.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI Nº 10.261/68)

ARTIGOS 1º A 86

Agentes Públicos: Noções Gerais e Disposições Constitucionais Aplicáveis

A fim de que você compreenda melhor o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é importante assimilar alguns conceitos iniciais. Os servidores de São Paulo estão inseridos em um grupo muito grande de pessoas que atuam dentro do Estado denominadas **agentes públicos** ou funcionários públicos.

Nas lições de Celso Antônio Bandeira de Mello, são agentes públicos as pessoas que exercem uma função pública, ainda que em caráter temporário ou sem remuneração. Trata-se, portanto, de uma expressão ampla e genérica, uma vez que engloba todos aqueles que, dentro da organização da Administração Pública, exercem determinada função pública.

Assim, pode-se dizer que agente público é o **gênero** que comporta diversas **espécies**, quais sejam, entre outras:

- agentes **políticos**;
- agentes **militares**;
- servidores públicos **estatutários**;
- **empregados** públicos;
- agentes **honoríficos**.

O grupo de agentes públicos mais importante para os seus estudos é, definitivamente, o dos **servidores públicos civis**.

Ainda, é importante saber que a Constituição Federal, de 1988 (CF, de 1988), apresenta dois tipos de regimes para os agentes estatais: o regime **estatutário** (ou de cargos públicos) e o regime **celetista** (ou de empregos públicos).

Os servidores públicos são contratados pelo regime estatutário, ao passo que os empregados públicos são contratados pelo regime celetista, que muito se assemelha às regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Atenção a esse conceito: **servidor público** é o agente contratado pela Administração Pública, direta ou indireta, sob o regime estatutário, sendo selecionado mediante concurso público para ocupar cargos públicos e contando com vinculação com o Estado de natureza estatutária e não contratual.

O regime dos cargos públicos é disciplinado pela Lei Federal nº 8.112, de 1990, também conhecida como Estatuto do Servidor Público. Frente a isso, um ponto relevante desse regime a ser ressaltado é o alcance da estabilidade mediante o fim do período de estágio probatório.

Tal alcance permite que o servidor não seja desligado de suas funções, salvo pelas hipóteses previstas em lei, como a sentença judicial transitada em julgado, o processo administrativo disciplinar ou a não aprovação em avaliação periódica de desempenho (§ 1º do art. 41 da CF, de 1988).

Entre os cargos públicos, há aqueles que são **vitalícios**, que se apresentam de forma mais vantajosa, uma vez que o estágio probatório tem um tempo menor — dois anos — se comparado ao dos cargos não vitalícios — três anos.

Além disso, o **desligamento** do servidor ocorre apenas mediante sentença condenatória transitada em julgado. São vitalícios os cargos de magistratura e do tribunal de contas, bem como os cargos dos membros do ministério público.

Além da estabilidade, são também assegurados aos servidores estatutários alguns direitos trabalhistas, como se depreende da leitura do § 3º do art. 39 da CF, de 1988. Como exemplo, pode-se citar, entre outros:

- salário mínimo;
- remuneração de trabalho noturno superior à do trabalho diurno;
- repouso semanal remunerado;
- férias remuneradas;
- licença à gestante.

Diferentemente do que ocorre na contratação dos servidores, os **empregados públicos** são contratados mediante regime **celetista**, isto é, com aplicação das regras previstas na CLT. Trata-se, pois, de uma vinculação contratual.

A contratação desse grupo de funcionários ocorre, em regra, pelas pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta (empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios etc.). Além disso, o ingresso de tais pessoas também depende da sua aprovação em concurso público.

O regime dos empregados públicos é menos protetivo que o regime estatutário. Isso se deve ao fato de que os empregados públicos não gozam da estabilidade que os servidores têm.

Ao serem empossados, os empregados passam por um período de experiência de 90 dias. Todavia, mesmo após esse período, os empregados públicos podem ser dispensados.

A diferença dos empregados públicos em relação aos demais consiste no fato de que sua demissão será sempre motivada após regular processo administrativo, mediante o contraditório e a ampla defesa.

É importante lembrar que, para a Administração Pública, a motivação de seus atos, bem como o tratamento impessoal e a finalidade pública, são princípios norteadores de sua atuação. A demissão imotivada de um empregado público seria absolutamente inadmissível nessas condições.

Por fim, cabe mencionar os denominados **trabalhadores temporários**, previstos no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Pela nomenclatura, pode-se concluir que constituem uma forma de empregados, e não de servidores.

Porém, apresentam um aspecto especial: seu vínculo é contratual, todavia, temporário, o que significa que essas pessoas somente são contratadas para

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS, OCORRIDOS A PARTIR DO 1° SEMESTRE DE 2026, DIVULGADOS NA MÍDIA LOCAL E/OU NACIONAL

ABRIL DE 2026: MUNDO

Economia

- **Guerra no Irã e alta dos preços da energia: alerta do Banco Mundial**[1]

Divulgado no final de abril de 2026, o relatório "Perspectivas dos Mercados de Matérias-Primas", do Banco Mundial, prevê uma alta de 24% nos preços da energia ao longo do ano (a maior elevação desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022).

O documento aponta que os mercados globais de matérias-primas atravessam o período mais volátil dos últimos quatro anos, com os custos gerais do setor avançando 16% em 2026.

O principal fator de instabilidade é o bloqueio do Estreito de Ormuz, rota por onde passa cerca de 20% do comércio mundial de petróleo bruto. Desde o início do conflito, o tráfego na região praticamente paralisou, provocando a maior perturbação já registrada no fornecimento de petróleo, com a produção mundial caindo mais de 10 milhões de barris por dia durante a crise.

O Banco Mundial projeta que o barril do tipo Brent fechará 2026 com média de US$ 86 — ante os US$ 69 registrados em 2025 —, desde que as perturbações mais graves comecem a se atenuar até maio e o transporte marítimo retorne gradualmente ao normal até o fim do ano. No momento da publicação, o WTI já superava os US$ 102, e o Brent ultrapassava os US$ 110 pela primeira vez em três semanas.

A turbulência reverteu a tendência de queda nos preços das matérias-primas observada ao longo do último ano, criando um ambiente de estagflação que dificulta a gestão das taxas de juros pelos bancos centrais. A União Europeia já acumulou mais de € 27 bilhões em custos adicionais com importações de combustíveis fósseis desde o início do conflito.

O FMI revisou a previsão de crescimento global para 2026 para 3,1% e a previsão para a zona do euro, de 1,4% para 1,1%. A inflação global foi revisada para 4,4% e, se a volatilidade persistir até 2027, o Fundo alerta para um "cenário severo" em que o crescimento mundial pode cair para 2%.

Os efeitos em cadeia são muitos. O relatório destaca que, em períodos de conflito, a volatilidade dos preços do petróleo é cerca do dobro da registrada em momentos mais calmos. Uma queda de 1% na produção mundial de petróleo por fatores geopolíticos tende a elevar os preços, em média, 11,5%. Os efeitos se propagam para outros mercados: uma alta de 10% no petróleo leva o gás natural a subir 7% e os fertilizantes, mais de 5%.

O economista-chefe adjunto da instituição, Ayhan Kose, recomendou que os governos evitem subsídios amplos e indiscriminados, que distorcem os mercados, e que priorizem apoios temporários e direcionados às famílias mais vulneráveis para atravessar os meses de incerteza econômica.

- **FMI reduz previsão global, mas eleva estimativa para o Brasil**[2]

Em meio à imprevisível guerra entre Estados Unidos/Israel e Irã, o crescimento do PIB global foi revisado de 3,3% para 3,1%, refletindo nos preços da energia, nas cadeias produtivas e na confiança dos mercados. O FMI reduziu a projeção de crescimento da economia global para 2026 e alertou para o risco de recessão caso a guerra no Oriente Médio se prolongue.

Para o Brasil, a projeção foi elevada de 1,6% para 1,9% no mesmo período. O FMI avalia que o país tende a ser menos afetado que economias da Ásia, Europa e África e pode até se beneficiar no curto prazo por ser exportador líquido de energia. O Fundo destaca que fatores como reservas internacionais elevadas, menor dependência de dívida em moeda estrangeira e câmbio flutuante devem ajudar o país a enfrentar choques externos.

No cenário-base, o conflito teria duração limitada, com preço médio do petróleo em torno de US$ 82 por barril em 2026, o que já levaria a uma desaceleração global. Em um cenário mais adverso, com o petróleo acima de US$ 100 por barril até 2027, o mundo poderia se aproximar de uma recessão. Já na hipótese mais severa, com preços chegando a US$ 110 em 2026 e US$ 125 em 2027, a inflação global ultrapassaria 6%, exigindo novos apertos monetários por parte dos bancos centrais.

O relatório indica que a economia global entrou em um período de maior fragilidade, com maior sensibilidade a choques geopolíticos. Caso haja uma escalada mais intensa ou interrupções prolongadas no fornecimento de energia, os efeitos sobre o crescimento, a inflação e os mercados financeiros podem ser significativamente mais severos.

O melhor desempenho do Brasil, segundo o Fundo, é um alívio pontual e dependente de fatores externos.

1 MEALHA, Q. Irão: guerra vai desencadear maior subida dos preços da energia desde 2022, avisa Banco Mundial. **Euronews**, 2026. Disponível em: https:/ /pt.e uro news. com/b usin ess/2026/04/28/irao-gu erra-vai-des encadear-maior-s ubida- dos-preco s-da-energia-desde-2022 -avisa-banco-mund. Acesso em: 8 maio 2026.

2 MÁXIMO, W. FMI corta previsão para economia global, mas eleva PIB do Brasil. **Agência Brasil**, 2026. Disponível em: https: //agenciabra sil.ebc.com .br/econ omia/n oticia/2026-04/fm i-corta-previsao-para-econom ia-global-mas-eleva-pib-do-brasil. Acesso em: 8 maio2026.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, ...}

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de "contagem natural". Por isso, utiliza-se o símbolo N* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: N* = {1, 2, 3, 4, 5, 6, 7...}.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor**: é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número "n" é o número "n+1".
  - **Exemplo**: o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor**: é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número "n" é o número "n–1".
  - **Exemplo**: o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos**: são números em sequência. Assim, (n – 1, n e n+1) são números consecutivos.
  - **Exemplo**: 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares**: são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares**: quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: 12 + 8 = 20; 12 – 8 = 4.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: 13 + 7 = 20; 13 – 7 = 6.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: 14 + 5 = 19; 14 – 5 = 9.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: 8 · 6 = 48.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: 3 · 7 = 21.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

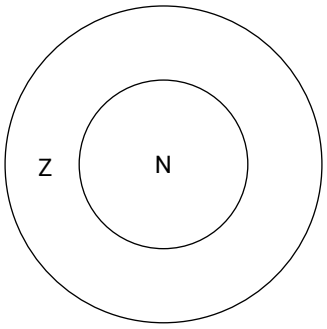
- Ex.: 4 · 5 = 20.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

Z = {... –7, –6, –5, –4, –3, –2, –1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, ...}

O símbolo desse conjunto é a letra Z. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que N é um subconjunto de Z. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos** (Z^+) = {0, 1, 2, 3...}. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos** (Z^-) = {... -3, -2, -1, 0}. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

MS-WINDOWS 10 OU SUPERIOR

Prezado(a) estudante,

Tendo em vista que o material referente a Windows 11 é mais atualizado que o conteúdo referente a Windows 10, optamos pelo seu uso, objetivando tornar seu aprendizado o mais completo possível.

Cordialmente,

Nova Concursos.

O sistema operacional Windows 11 foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) e lançado oficialmente em 2021.

A maioria das caraterísticas foi mantida por questões de compatibilidade com as versões anteriores, como os caracteres não permitidos nos nomes de arquivos e pastas. Os atalhos de teclado também foram mantidos, com a adição de novos recursos e alterações pontuais.

Algumas das principais novidades incluem:

- **Design renovado**: o Windows 11 apresenta um design mais moderno e elegante, com cantos arredondados e transparências. O menu **Iniciar** foi reposicionado ao centro da barra de tarefas e, agora, inclui ícones de aplicativos recomendados;
- **Novo recurso *Snap Layouts***: o *Snap Layouts* permite que as várias janelas abertas sejam organizadas em leiautes predefinidos, facilitando a multitarefa. Esta funcionalidade é válida para múltiplos monitores, permitindo "memorizar" o posicionamento das janelas ao desconectar e conectar novamente a segunda tela. É possível escolher entre vários leiautes diferentes, como lado a lado, quadrado ou vertical, para organizar as janelas abertas. Além disso, o Windows 11 apresenta um novo recurso chamado *Snap Groups*, que permite que se salve e restaure grupos de aplicativos abertos em um determinado momento;
- **Microsoft Teams integrado**: o Windows 11 inclui o Microsoft Teams, permitindo que se faça chamadas de vídeo e áudio diretamente no sistema operacional. Esta integração possibilita acesso rápido aos recursos de videochamadas e videoconferência do Microsoft Teams;
- ***Widgets***: o Windows apresenta uma nova área de *widgets* (bugigangas ou ferramentas) que pode ser personalizada para exibir informações relevantes, como notícias, clima e calendário. Os *widgets* são personalizáveis e podem ser redimensionados ou movidos. Atalho de teclado: Windows + W;
- **Desempenho aprimorado**: o Windows 11 foi projetado para ser mais rápido e eficiente do que o Windows 10, com melhorias no desempenho da CPU (processador), GPU (processador gráfico) e memória;
- **Controle de aplicativo inteligente**: é um recurso que

> *[...] adiciona proteção significativa contra ameaças novas e emergentes bloqueando aplicativos mal-intencionados ou não confiáveis. O Controle de Aplicativo Inteligente também ajuda a bloquear aplicativos potencialmente indesejados, que são aplicativos que podem fazer com que seu dispositivo seja executado lentamente, exibir anúncios inesperados, oferecer software extra que você não queria ou fazer outras coisas que você não espera. (Microsoft)*

O Controle de Aplicativo Inteligente opera junto ao software de segurança Microsoft Defender. Para acessar as configurações do Controle de Aplicativo Inteligente, você pode acessar Configurações e, em seguida, Segurança do Windows;

- **PDE** (*Personal Data Encryption*): um recurso que permite criptografar arquivos e pastas no Windows 11. Ele protege os dados pessoais contra acesso não autorizado, garantindo que apenas o dono ou proprietário possa acessá-los;
- **Segurança aprimorada**: recursos como o TPM 2.0 e o Secure Boot protegem contra ameaças e invasões.

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS

No Windows 11, os diretórios são chamados de pastas, e algumas delas são consideradas especiais, pois contêm coleções de arquivos denominadas Bibliotecas.

Ao todo, são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ENTENDIMENTO DA ESTRUTURA LÓGICA DAS RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, COISAS, EVENTOS FICTÍCIOS

Neste tipo de conteúdo, intitulado "**estrutura lógica de relações arbitrárias**", você notará a presença de situações diversas do mundo real, nas quais, a partir de um conjunto de hipóteses, ou seja, informações previamente conhecidas, será requisitada uma informação implícita ao problema.

Os enunciados irão fornecer o mínimo possível de afirmações sobre os objetos de estudo, sejam frases de negação (do tipo "Maria não é a mais nova"), sejam afirmações (como "João é o mais velho").

Você perceberá, também, que frases de afirmação fornecem mais conclusões do que frases negativas, uma vez que, no primeiro tipo, as relações são mutuamente excludentes — ou seja, em um mesmo problema, se João é o mais velho, então ele não é o mais novo, não havendo nenhuma outra pessoa mais velha do que ele.

Como, muitas vezes, os enunciados trazem uma gama de informações, recomenda-se o uso de uma tabela simples que deve ser preenchida de acordo com as interpretações do problema. Cabe ressaltar, ainda, que a tabela não será completamente preenchida logo no primeiro momento, no qual o uso da interpretação será necessário para a finalização dos exercícios.

Acompanhe os exemplos a seguir e perceba a construção da tabela com os **indivíduos** do problema e suas possíveis **características**.

1. (FUNRIO) Os carros X, Y e Z possuem 100, 110 e 150 cavalos de potência, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que um deles é de fabricação nacional e que os outros dois são importados, sendo um de fabricação alemã e o outro de fabricação japonesa. Porém não se sabe qual a correta associação entre carros e países de fabricação. No entanto, sabe-se que: o carro X possui 100 cavalos de potência; o carro que possui 150 cavalos de potência é de fabricação alemã; o carro que possui 110 cavalos de potência não é nacional; e que o carro Y não é de fabricação japonesa.

Qual o país de fabricação e a potência do carro Y?

a) Alemanha e 150 cavalos.
b) Alemanha e 110 cavalos.
c) Japão e 100 cavalos.
d) Japão e 110 cavalos.
e) Brasil e 100 cavalos.

Primeiramente, podemos dispor uma tabela simples com as características principais do problema. Note que as marcações nas lacunas em destaque se referem às informações retiradas a partir do enunciado.
1º: o carro X possui 100 cavalos;
2º: se o carro de 150 cavalos é alemão e o de 110 não é nacional, então o de 110 cavalos só pode ser japonês;
3º: se o carro Y não é japonês e o carro X tem 100 cavalos, então o alemão de 150 cavalos será o carro Y.

	100	*110*	*150*	*Brasil*	*Alemanha*	*Japão*
X	*V*	*X*	*X*	*V*	*X*	*X*
Y	*X*	*X*	*V*	*X*	*V*	*X*
Z	*X*	*V*	*X*	*X*	*X*	*V*

Portanto, o carro Y é de fabricação alemã e tem 150 cavalos. Resposta: Letra A.

2. (FUNRIO — 2012) André, Paulo e Raul possuem 30, 35 e 40 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Eles são engenheiro, médico e psicólogo, porém não se sabe a correta associação entre nomes e profissão. Sabe-se, porém, que André não tem 40 anos de idade nem é engenheiro, que Paulo possui 35 anos de idade, que Raul não é médico, e que o médico não possui 30 anos de idade.

Respectivamente, as profissões de André, Paulo e Raul são:

a) psicólogo, engenheiro e médico.
b) psicólogo, médico e engenheiro.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

NOVA CONCURSOS

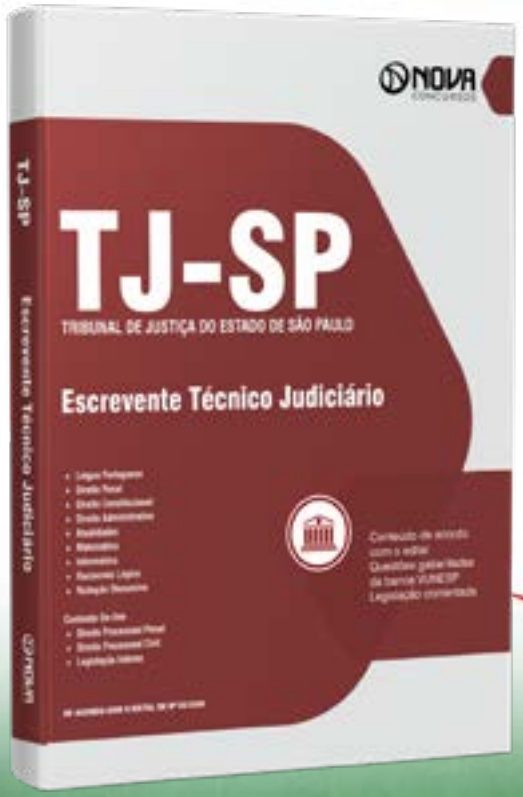
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

799 APROVADOS NO BANCO DO BRASIL 2021

92 APROVADOS NO TJ-MG 2022

213 APROVADOS NO SEAGRI/DF 2022

337 APROVADOS NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO